

CARLOS ARI SUNDFELD

DIREITO ADMINISTRATIVO
O NOVO OLHAR DA LINDB

1ª reimpressão

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2022

© 2022 Editora Fórum Ltda.
2022 1ª Reimpressão

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paulucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S958d	Sundfeld, Carlos Ari
	Direito Administrativo: o novo olhar da LINDB / Carlos Ari Sundfeld. 1. Reimpressão. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 194p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-336-8
	1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Público. 4. Administração Pública. I. Título.
2022-183	CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
Sundfeld, Carlos Ari. *Direito Administrativo: o novo olhar da LINDB*. 1. Reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 194p. ISBN 978-65-5518-336-8.

APRESENTAÇÃO.....	11
-------------------	----

CAPÍTULO 1

OS CONTROLES PÚBLICOS, A NECESSIDADE DE REFORMAS E A LINDB	13
1.1 Arquipélago de autonomias	13
1.2 Tribunais de Contas	17
1.3 Ministérios Públicos e Judiciário	21
1.4 Ativismo e autocontenção no controle público	25
1.5 A LINDB e outros ajustes normativos quanto ao controle público	29

CAPÍTULO 2

A LINDB E AS NOVAS BASES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	33
2.1 Introdução	33
2.2 A LINDB como lei bússola do mundo público brasileiro	35
2.3 A LINDB e os novos criadores do Direito Público.....	37
2.4 Orientações dos novos artigos da LINDB.....	42
2.4.1 Art. 20	44
2.4.2 Art. 21	46
2.4.3 Art. 22	47
2.4.4 Art. 23	48
2.4.5 Art. 24	52
2.4.6 Art. 26	53
2.4.7 Art. 27	53
2.4.8 Art. 28	54
2.4.9 Art. 29	56
2.4.10 Art. 30	57
2.5 Conclusão.....	58

CAPÍTULO 3

CRIAÇÃO, INVALIDADE E CONSENSUALISMO NO DIREITO ADMINISTRATIVO: AS ORIENTAÇÕES DA LINDB.....	61
3.1 Introdução	61
3.2 Criação jurídica (arts. 20, 23, 29 e 30 da LINDB).....	62
3.2.1 Construções sobre a produção e o controle dos atos administrativos	64
3.2.2 Modernização regulatória e edição das leis gerais de processo administrativo	66
3.3 Invalidade administrativa (arts. 20, 21 e 24 da LINDB).....	72
3.3.1 Construções sobre a invalidade administrativa e seus efeitos.....	73
3.3.2 Delineamento normativo e jurisprudencial da invalidade.....	77
3.4 Consensualidade administrativa (art. 26 da LINDB).....	82
3.4.1 Abertura teórica, normativa e jurisprudencial à consensualidade	82
3.4.2 Expansão e consolidação da regulação administrativa.....	85
3.5 Conclusão.....	87

CAPÍTULO 4

A INVALIDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LINDB	91
4.1 Introdução.....	91
4.2 A invalidação de contrato administrativo e seus limites	93

4.3	O dever de, mesmo em caso de declaração de invalidade, a administração contratante pagar pelas prestações	97
4.4	Crítica à orientação do Superior Tribunal de Justiça	103
4.5	Conclusão.....	108

CAPÍTULO 5

O ART. 24 DA LINDB E A IRRETROATIVIDADE DAS ORIENTAÇÕES NOVAS..... 111

5.1	Introdução.....	111
5.2	Art. 24 da LINDB e a irretroatividade de orientação nova.....	112
5.3	Normas tributárias e a irretroatividade de orientação nova	118
5.4	Lei de Processo Administrativo e a irretroatividade de orientação nova	120
5.5	Atos e fatos que configuram orientação geral com valor normativo.....	122
5.6	Conclusão.....	125

CAPÍTULO 6

SANÇÕES EM DIREITO ADMINISTRATIVO E A LINDB 127

6.1	Introdução	127
6.2	Responsabilização de agentes públicos	129
6.2.1	Imprecisão da LIA e posicionamento dos Tribunais de Contas.....	131
6.2.2	Reação de limitação à responsabilização objetiva de agentes e art. 28 da LINDB	137
6.2.3	Inclinação à visão realista do direito público e art. 22 da LINDB.....	140
6.3	Aplicação de sanções como técnica de regulação	146
6.3.1	Expansão do controle público e da regulação administrativa	147
6.3.2	Rediscussão dos contornos da atividade pública sancionadora e art. 22, §3º da LINDB.....	149
6.4	Conclusão.....	151

CAPÍTULO 7

O ART. 27 DA LINDB E A RESPONSABILIDADE PROCESSUAL... 153

7.1	Introdução	153
7.2	Custos e externalidades dos processos e a dificuldade para sua (re)distribuição justa.....	154
7.3	Por que o ordenamento jurídico deve se preocupar com compensações de custos e externalidades processuais?	156
7.4	Regras jurídicas específicas sobre a compensação de custos e externalidades	158
7.5	Espírito e sentido do art. 27 da LINDB.....	159
7.6	Âmbitos objetivo e subjetivo de incidência da LINDB e seus reflexos na aplicabilidade do art. 27.....	162
7.7	Art. 27 da LINDB e processos judiciais: âmbito de aplicação e ampliação da compensação por custos e externalidades nos processos cíveis	164
7.8	A aplicação do art. 27 da LINDB aos processos da esfera administrativa	167
7.8.1	Considerações gerais.....	167
7.8.2	Processos administrativos sancionadores, de invalidação e medidas cautelares restritivas de direitos.....	170
7.9	A aplicação do art. 27 da LINDB aos processos da esfera controladora.....	175
7.10	Conclusão.....	178

REFERÊNCIAS.....181